

Marcas da construção da identidade brasileira na imprensa – dois exemplos de 1849

Nicole Ferreira de Noronha Silva
nicole.noronha5@gmail.com

Resumo

Foi realizado um estudo acerca da construção da identidade nacional brasileira num momento primordial para o Segundo Reinado, utilizando como fonte a imprensa periódica. Este estudo teve por objetivo identificar as marcas da construção da identidade nacional na imprensa do Rio de Janeiro, de acordo com dois exemplos da imprensa periódica fluminense de 1849: *O Grito Nacional* e a *Sentinela do Trono*. Apresenta-se, portanto, o objetivo de compreender parte do processo de difusão identitária e da criação do “ser brasileiro” influenciados pelos periódicos fluminenses neste período. Este estudo foi realizado por meio da análise de conteúdo e comparação das fontes, permitindo a compreensão de uma imprensa com posicionamento firme e uma ideia bem formada do que seria necessário para a construção de uma Nação solidificada no Brasil, conjuntamente com uma identidade que não pudera ainda ser expressa e explorada de maneira plena, seja por conta da movimentação liberal, seja por conta da presença estrangeira no Brasil.

Palavras-chave: Identidade nacional; Brasil; Pátria; Nacionalismo.

Abstract

A study was carried out about the construction of the Brazilian national identity in a primordial moment for the Second Reign, using the periodical press as a source. This project aimed to identify the marks of the construction of national identity in the press of Rio de Janeiro, according to two examples from 1849, to understand the diffusion of the identity process and the creation of the "Brazilian being" influenced by the Rio de Janeiro periodicals in this time course. This study was carried out through content analysis and comparison of sources, that allowed the understanding of a press with a firm position and a well-formed idea of what would be needed to build a solidified Nation in Brazil, together with an identity that did not could still be fully expressed and explored, either because of the liberal movement or because of the foreign presence in Brazil.

Keywords: National identity; Brazil; Homeland; Nationalism.

Introdução

O século XIX se caracteriza pelo afloramento do nacionalismo, das novas dimensões relacionadas a formação educacional, em conjunto com o desenvolvimento da ciência e do industrialismo. Observamos uma mudança social, política e intelectual decisórias para as revoluções que ocorrem por todo o globo, nomeadamente na América Latina. A transformação das estruturas sociais e o ritmo com que estes eventos ocorrem

ao longo da História Contemporânea no ocidente mostram uma sincronia complexa num emaranhado de relações entre diferentes povos. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo analisar e debater a construção da identidade nacional do povo brasileiro num momento de afirmação do segundo reinado, portanto o tema deste trabalho é: “Marcas da construção da identidade brasileira na imprensa – dois exemplos de 1849”.

No que concerne o desenvolvimento do nacionalismo durante o século XIX na Europa ocidental pode-se afirmar, de acordo com o autor José Carlos Chiaramonte, que o pertencimento a uma Nação decorre antes ao pertencimento a um Estado do que propriamente uma formação do senso de comunidade em consoante com características étnicas, por exemplo¹, de modo que, em conformidade com a unidade política são propagados os aspetos identitários nacionais. De outra maneira, Hobsbawm afirma o mesmo quando refere “As nações não formam Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto”². A partir daí obtemos o que Benedict Anderson afirma como comunidade imaginada, ou seja, um produto cultural de carácter unificante capaz de provocar um senso de irmandade mesmo entre aqueles que possuem pouco ou quase nada em comum³. Ao descrever uma comunidade imaginada, Anderson propõe, como traço inerente, a soberania da Nação, ou seja, a Nação como fruto do Iluminismo seria superior à dinastia ou ao divino⁴. Neste sentido, este projeto irá dialogar com autores de referência neste campo de pesquisa, para o estudo de conceitos como Nação e História, tendo em vista que o conceito de Nação abrange um largo debate historiográfico pela dificuldade de tradução objetiva, como admitem Anderson⁵ e Hobsbawm⁶.

Este trabalho pretende ainda destacar alguns dos momentos históricos relevantes para a formação da identidade nacional brasileira ao longo da cronologia destacada e, assim, compreender como estes processos políticos e sociais se relacionam com o nacionalismo emergente no Império. Portanto, a análise das fontes hemerográficas será primordial para traçarmos uma linha investigativa, de modo a identificar justamente estes traços da construção da Nação a partir das fontes, são elas: *O Grito Nacional* e a *Sentinela*

¹ CHIARAMONTE, José Carlos. *Metamorfoses do conceito de Nação durante os séculos XVII e XVIII*. Em: JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Ed. Hucitec/Ed. Unijuí/Fapesp, 2003, p. 90.

² HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 19.

³ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 29.

⁴ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*, p. 34.

⁵ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*, p. 28.

⁶ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*, p. 15.

do Trono. Torna-se necessário, neste sentido, compreender qual foi seu contexto de produção dos periódicos e qual foi sua equipe fundadora e redatora, assim como quais foram seus objetivos. A partir daí, será possível interpretar como os eventos nacionais de carácter revolucionário são representados por estes jornais e quais são as influências destes eventos para o desenvolvimento da identidade brasileira. Estas interpretações nos permitirão por fim, compreender a identidade nacional vista de modo divergente ora sob uma perspectiva liberal, ora sob uma perspectiva conservadora. Neste contexto, refletiremos sobre quais são os conceitos que parecem contribuir para a construção da identidade brasileira em consoante com as fontes.

O recorte geográfico desta pesquisa foi delimitado a partir do papel de destaque interpretado pelo Rio de Janeiro desde servir como sede da família real a partir de 1808, atuar como capital do Império, até protagonizar os eventos republicanos que ocasionaram a proclamação da República em 1889. Justamente por ser a capital do Império brasileiro, sede central administrativa e governativa, o Rio de Janeiro torna-se ponto de partida para esta investigação à medida em que possui forte protagonismo político e se identifica como berço das atividades intelectuais no Brasil. Desse modo, o ano de 1849 foi crucial para este estudo à medida em que podemos analisar a o processo de formação e produção de uma identidade nacional em um país de dimensões continentais, em meio ao longo reinado de D. Pedro II, no decurso de um distinto processo centralizador. A partir dessa delimitação podemos em conjunto refletir sobre a qual a ligação entre Monarquia e identidade nacional e como isso se projetou no cenário brasileiro. Além disso, procuramos interpretar a forte ligação permanente entre Brasil e Portugal, ainda no século XIX, a qual impõe a problemática da identidade nacional brasileira em comparação com a identidade portuguesa no Brasil em 1849.

1. O Brasil da primeira metade do século XIX e a construção do Estado Nacional

O desafio de construir um Estado-Nação numa antiga colónia com dimensões continentais revela-se a partir das divergências locais, como discorrem Miriam Dolhnikoff⁷ e Leandro Macedo Janke, que destaca “um mosaico de identidades locais”⁸.

⁷ DOLHNIKOFF, Miriam. *Pacto imperial: Origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005, p. 12.

⁸ JANKE, Leandro Macedo. Território, Nação e Soberania no Império do Brasil. Em: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, 2011, p. 4.

A visão de Ilmar Mattos contribui significativamente para este estudo à medida em que afirma que o fluxo do partido conservador a partir de 1840 contribui para a centralização do Império, e, como resultado, para a unificação do Estado-Nação e para a formação de uma identidade nacional, com a presença de uma elite institucionalizada nos cargos privilegiados das administrações públicas⁹. Isto deve-se também ao contexto do fim do período regencial com a maioria antecipada de D. Pedro II, em meados de 1840, contribuindo para o crescimento dos conflitos entre liberais e conservadores, juntamente com a crise institucional provocada pelos movimentos insurgentes nas províncias.

Acerca da capacidade centralizadora do Rio de Janeiro, Miriam Dolhnikoff declara que este fenômeno só foi possível devido a um “arranjo institucional” o qual ainda garantiria as autonomias das províncias e uma acomodação das elites provinciais, que também participariam do governo central¹⁰. Podemos citar, por exemplo, a interpretação do Ato Adicional de 1834, o qual visava a descentralização, ainda no ano de 1840 com a reforma do Código em 1841, uma das medidas impostas foi a perda da jurisdição das assembleias estaduais sobre os funcionários do governo central¹¹. Ainda assim, o Rio de Janeiro revela-se peça chave para o funcionamento da máquina estatal, sendo primordial para a exportação assim como para o desfecho político da antecipação da maioria de D. Pedro II, amparando, assim, a centralização¹². Sob outra perspectiva, podemos referenciar uma expansão cultural oriunda do Rio de Janeiro a qual influenciava, a partir da corte, a formação de uma identidade nacional. Associando assim uma expansão política e cultural, podemos interpretar os projetos políticos como legitimadores dos Estados emergentes, atuando em conjunto com a centralização na construção dessa identidade nacional¹³.

Desse modo, o estudo da década de 1840 torna-se importante para a compreensão da Monarquia brasileira, uma vez que o jovem imperador D. Pedro II consolidava o seu poder e a centralidade do Império, após um período de regência conturbado caracterizado pelos diversos conflitos, como a Sabinada na Bahia e a Balaiada no Maranhão. Mesmo

⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial*. São Paulo/Brasília: Ed. Hucitec/INL, 1987.

¹⁰ DOLHNIKOFF, Miriam. *Pacto imperial*, p. 14.

¹¹ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: A Política Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 255.

¹² CARVALHO, José Murilo. As máscaras do período. Em: CARVALHO, José Murilo. *A Construção Nacional: 1830-1889*, vol. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, pp. 19-37, p. 23.

¹³ SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie. A construção da ideia de nação: Brasil e Argentina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015, pp. 55-56.

no fim da década de 1840, as revoltas liberais de 1842 e a Revolução Praieira, em curso desde 1848 até 1849 em Pernambuco, são constantemente debatidas e analisadas, como veremos mais adiante nesta investigação.

1.1. A Monarquia em 1849

O período da Monarquia da brasileira após o processo de independência em 1822, evidencia de modo lento e gradual uma identidade nacional emergente, de modo que é possível interpretar este processo a partir de diferentes vertentes. Sob o viés político torna-se de suma importância a compreensão do jogo político representado pelas relações entre o partido Conservador, sucessor ideológico do partido Restaurador, e o partido Liberal. José Murilo de Carvalho aponta a manipulação exercida pelos partidos, os quais coordenavam as eleições de acordo com seus interesses e ao mesmo tempo em que manejavam o Poder Moderador¹⁴. Poderes políticos como o Poder Moderador criado em 1824 pela Constituição outorgada de 1824, foram marcados pelas tensões ocasionadas pelas disputas “pela soberania e pela representação da nação”¹⁵.

As disputas protagonizadas pelos partidos políticos geram a manifestação de objetivos representados como “os objetivos do próprio Império, [...] objetivando uma restauração e mesmo uma expansão”¹⁶. Restava ao Poder Moderador escolher com sabedoria como seria efetuada sua ação através do Poder Executivo com as escolhas dos ministros e a junção de bons conselheiros. Mesmo com a presença de um sólido conservadorismo no governo desde 1848, exibido ao longo da Revolução Praieira, podemos identificar a tentativa liberal de evidenciar a resistência ao governo considerada como serviço ao Imperador, salientando o apoio ao Império e ao Imperador acima da insatisfação para com o governo, refere *O Grito Nacional*: “os descendentes daqueles que resistiram ao rei, para melhor servirem ao rei, saberão resistir aos ministros para melhor servirem ao imperador”¹⁷. Em 1849, portanto, observamos a consolidação imperial em meio a dualidade política crescente no Brasil.

¹⁴ CARVALHO, José Murilo. As máscaras do período, p. 28.

¹⁵ GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009, p. 141.

¹⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*, p. 221.

¹⁷ *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, nº 36, 24 de fevereiro de 1849, p. 1.

1.2. As disputas de poder entre conservadores e liberais

Os conflitos liberais de 1842 com princípio em São Paulo e depois alastrado a Minas Gerais, marcam as disputas entre o partido conservador e o partido liberal. Nesse contexto, os chamados “liberais do Norte” em Pernambuco não teriam condições para juntarem-se às movimentações em vigor mais ao sul, aliando-se as causas defendidas através da expressão dos ideais no jornal *Diário Novo*, editado na Rua Praia, razão pela qual ficou conhecida posteriormente a Revolução Praieira¹⁸. Em suma, as movimentações de Pernambuco, lideradas pelo deputado Nunes Machado, teriam como principal objetivo a nacionalização do comércio a retalho¹⁹, é nesse sentido que esta revolta colocaria também em pauta questões relacionadas a identidade nacional, o papel das elites provinciais e do povo marginalizado.

A identidade nacional é colocada em perspectiva ao se deparar com a atuação dos portugueses enquanto dominantes no âmbito comercial, impulsionando o antilusitanismo, seja nas camadas populares ou nas elites, tornando as revoltas populares um desafio para o governo²⁰. Enquanto os liberais tomariam estes acontecimentos como *Revolução*, que teriam como objetivo livrar o país da opressão e do domínio oligárquico em nome da *liberdade* e da *democracia*, a vitória do partido conservador não demorou ao classificar tais movimentos como *rebeliões*, contrárias a todos os princípios da *ordem* e integridade imperial²¹. É nesse contexto que Ilmar Mattos relata a denominação *luzias* aos liberais, por conta de uma derrota num combate armado em Santa Luzia, Minas Gerais; e a denominação de *saquaremas* aos conservadores, por conta da ebulição conservadora em meados de 1845 partindo de Saquarema, no Rio de Janeiro. Tais denominações se alastrariam pelo âmbito político do Brasil de oitocentos²².

Seriam justamente os *saquaremas* que promoveriam personagens importantes para este período, como Eusébio de Queirós e Visconde do Uruguai, ao passo em que manejavam a centralização e moldavam o Império. Em outras palavras,

Os liberais eram por maior autonomia provincial, pela Justiça eletiva, pela separação da polícia e da Justiça, pela redução das atribuições do poder moderador. Os conservadores defendiam fortalecimento do poder central, o controle centralizado da magistratura e da polícia, o fortalecimento do poder moderador²³.

¹⁸ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*, p. 116.

¹⁹ CARVALHO, Marcus J. M. Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. Em: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, no 45, 2003, pp. 209-238.

²⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*, p. 250.

²¹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*, p. 117.

²² MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*, pp. 117-119.

²³ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*, p. 206.

Caberia, então, a elite governativa manter a centralização do Estado enquanto o Império encontrava-se num jogo de poderes, ao mesmo tempo em que tentava manter o que restava de sua soberania no meio de uma ebulição liberal.

1.3. A ameaça republicana

Os processos emancipacionistas ocorridos na América Latina colocavam em pauta as possibilidades político-administrativas e os rumos que tomariam estas novas Nações, recém-independentes, como foi o caso do distinto processo de formação da República Argentina em comparação com a formação do Império do Brasil. Neste sentido, entre diferentes projetos, o Brasil acabou por seguir com a centralização e a Monarquia seguiria vencedora no embate político. De acordo com José Murilo de Carvalho, essa conquista para o regime monárquico-constitucional seria devida à independência obtida de maneira “relativamente tranquila”, além da inspiração da separação de poderes pelo Vintismo português²⁴.

A Monarquia brasileira possui dessa forma seu início como espécie de processo reverso, enquanto observa as implementações de Repúblicas por toda a América Latina neste período, ou seja, a transição de colônia para Império decorre, então, de um processo político único e inovador. Posteriormente, no que concerne à cronologia destacada, observamos que o republicanismo não se consolida nas elites liberais²⁵, permanecendo antes a ideia de uma Monarquia Constitucional, neste sentido, o próprio Partido Republicano seria formado apenas em 1870. Ainda assim, vale ressaltar que José Murilo de Carvalho aponta que os conservadores seriam maioria na província do Rio de Janeiro entre 1840 e 1889²⁶, o que pode ter sido um fator significativo no que diz respeito a influência republicana neste período.

²⁴ CARVALHO, José Murilo. As máscaras do período, p. 27.

²⁵ Consideremos então a afirmação de Sérgio Buarque de Holanda: “O Constitucionalismo foi a solução encontrada para aceitar o progresso na ordem, salvar a liberdade e escapar à licença, ao fantasma do Despotismo”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico, tomo II: o processo de emancipação*. Rio de Janeiro, Bertrand, 2003, p. 215.

²⁶ Em relação ao Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco o autor afirma: “essas três províncias tinham 57% de conservadores e 35% de liberais”. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*, p. 217.

2. A identidade nacional brasileira em construção

A identidade nacional brasileira é desenvolvida diante de diversas vertentes, sobretudo nota-se uma ex-colônia latino-americana com características metropolitanas tentando encontrar seu lugar como Nação nas Américas. As bases coloniais do Brasil fazem parte, de facto, do processo de construção da sua nacionalidade e sua identidade, contudo, esses aspetos não apontam a existência de uma identidade nacional que remeta ao período colonial e nem que isto, de alguma forma, influenciasse o decurso identitário do século XIX²⁷. Considerar a pré-existência de uma nacionalidade que precede a construção dos Estados nacionais é considerado, então, um anacronismo que pode levar a “encobrir aspetos importantes do processo de formação dos Estados nacionais”²⁸.

É nesse contexto que a nova mentalidade do século XIX, com o nacionalismo emergente, leva a moldagem da identidade nacional, a seguir a imposição dos Estados Nacionais. Por isso, as vertentes sociais, políticas, culturais e económicas se entrelaçam para que a construção de uma identidade nacional se conceda de maneira completa. Um exemplo seria a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838 no Rio de Janeiro, como parte do repensar a História e parte do percurso de formação da Nação, de modo que “uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a «Nação Brasileira»”²⁹.

Ainda de acordo com as novas perspectivas com relação a educação e ao resgate do passado em vigor no século XIX, é notável a utilidade da História tanto para os conservadores da *Sentinela do Trono* quanto para os liberais do *Grito Nacional*, de modo que a própria História exibiria as marcas de sua identidade nacional. O periódico liberal *O Grito Nacional*, por exemplo, recorre a diferentes exemplos históricos franceses, como os ideais de Benjamin Constant³⁰ e mesmo as declarações republicanas de Napoleão Bonaparte³¹, isto nos indica suas marcas identitárias e a partir de quais modelos seria influenciada a construção de uma identidade nacional para este jornal.

²⁷ SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie*, p. 255.

²⁸ SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie*, p. 11.

²⁹ GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Em: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, no 1, 1988, pp. 5-2.

³⁰ *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, nº 72, 11 de julho de 1849, p. 1.

³¹ *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, nº 43, 25 de março de 1849, p. 4.

2.1. Os conceitos que se relacionam com a identidade nacional

Para a identificação e análise de tais conceitos é primordial que haja uma compreensão do contexto histórico em que foram referidos, a fim de que não cometamos um anacronismo, como explica Marcelo Jasmin: “os conflitos políticos e sociais do passado devem ser descobertos e interpretados através do horizonte conceitual que lhes é coetâneo e em termos dos usos linguísticos”³². Os conceitos frequentemente utilizados pelos periódicos para descrever seus ideais ou condenar ideias opositoras podem ajudar a interpretar seus objetivos e sua identidade, assim como distinguir suas concepções do nacionalismo.

O estudo do impacto político e social da utilização de tais conceitos pode, desse modo, servir de apoio para a compreensão da sociedade brasileira do século XIX, ainda que possamos admitir que um mesmo conceito possa ter mais de um sentido. Inicialmente, podemos notar que o conceito de *Nação*, frequentemente utilizado pelos dois periódicos em análise, aparece maioritariamente com letra maiúscula quando referido pelo *Grito Nacional*, e, o contrário, com letra minúscula quando referido pela *Sentinela do Trono*. Este detalhe pode, dessa forma, elucidar diferentes significações atribuídas pelos periódicos a este conceito, ainda de acordo com os estudos apresentados neste trabalho. Um outro conceito geralmente abordado pelos periódicos é o conceito de *pátria*, habitualmente associado ao conceito de *liberdade* pelo *Grito Nacional*³³, enquanto a *Sentinela do Trono* usualmente associa *pátria* à *ordem*³⁴. Outros conceitos são frequentemente associados aos conceitos de *Nação* e *pátria*, de acordo com cada periódico, e estes podem ser observados nos seguintes quadros e mapa:

³² JASMIN, Marcelo Gantus. História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, fascículo 57. ANPOCS: São Paulo, 2005, p. 31.

³³ O periódico chega mesmo a se referir as “liberdades pátrias”. *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, no 36, 24 de fevereiro de 1849, p. 3.

³⁴ O periódico afirma: “bastava-nos o manto imperial que protege o cidadão amante da pátria, do trono e da ordem”. *A Sentinela do Trono*. Rio de Janeiro, no 9, 16 de maio de 1849, p. 1.

Quadro 1 – Conceitos que parecem legitimar a nacionalidade brasileira

<i>O Grito Nacional</i>	<i>A Sentinela do Trono</i>
Heroísmo	Heroísmo
Patriotismo	Patriotismo
Patrimônio	Patrimônio
Liberdade	Ordem
Revolução	Trono
Independência	Império
Povo	Civilização
Americano	Virtude

Fonte: *O Grito Nacional*, 01.01.1849 – 29.12.1849.

A Sentinela do Trono, 21.03.1849 – 01.12.1849.

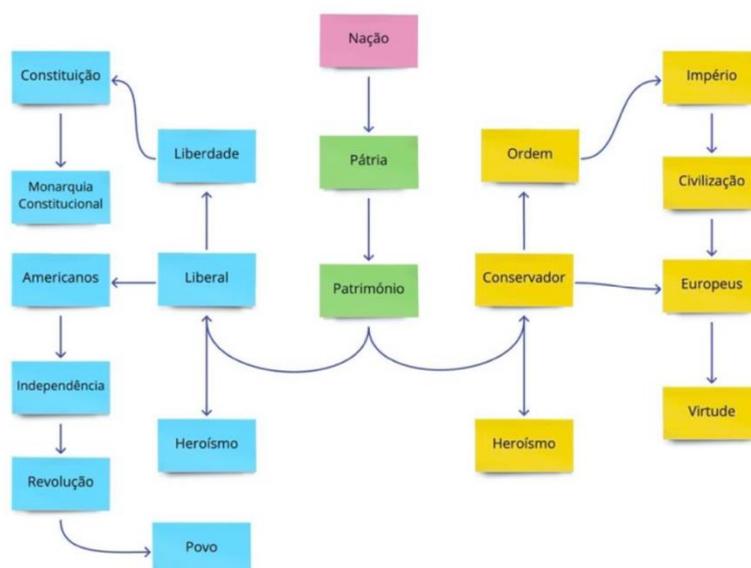
Quadro 2 – Conceitos que ferem a nacionalidade brasileira

<i>O Grito Nacional</i>	<i>A Sentinela do Trono</i>
Inconstitucionalidade	Barbárie
Fratricídio	Revolução
Despotismo	Despotismo
Opressão	Fanatismo
Estrangeiro	Liberalismo
	República

Fonte: *O Grito Nacional*, 01.01.1849 – 29.12.1849.

A Sentinela do Trono, 21.03.1849 – 01.12.1849.

Figura 1 – Mapa conceitual, ligações da nacionalidade brasileira



Fonte: *O Grito Nacional*, 01.01.1849 – 29.12.1849.

A Sentinela do Trono, 21.03.1849 – 01.12.1849.

2.2. As relações nacionais entre Monarquia e República

A questão da nacionalidade permanece fluída e é nesse momento em que nos perguntamos se a identidade nacional partiria estreitamente do indivíduo e seus parâmetros não-estatais ou se esta identidade estaria antes ligada ao Império/Monarquia, a partir dessa lógica poderemos interpretar se para os brasileiros de oitocentos a Nação poderia ser equivalente a Império.

Como discorrido anteriormente, em consoante com os novos aspetos políticos e sociais do século XIX, a Nação seria superior a dinastia ou ao divino e é nesse contexto de revoluções liberais que a soberania passa a ser atribuída ao povo. Por isso, Hobsbawm elabora que os reinos dinásticos precisariam se adaptar, pois, todos os fatores que sustentavam sua soberania residiam agora enfraquecidos³⁵. Esta adaptação demandaria um equilíbrio entre o investimento no patriotismo estatal e o nacionalismo fundamentado na língua, território ou historicidade, gerando uma padronização facilmente reconhecível pelos indivíduos³⁶. No caso brasileiro, a centralização política e administrativa dos territórios seria vital para a manutenção de um governo sólido, isso explicaria o motivo pelo qual a forma governativa da Monarquia no pós-independência teria feito mais sentido do que as propostas republicanas federalistas presentes por toda a América Latina no século XIX³⁷.

Em contrapartida com o modelo monárquico de governo, o republicanismo defende o governo como representante do povo, ao invés de um governo que teria sido predestinado a guiar a população. Diferente da Monarquia, a República teria como alicerce “um amor da convivência política”³⁸, manter a integração política e social, que, por sua vez, resultariam na pátria. Antônio Manuel Hespanha relata que, ainda assim, a naturalidade permanece como fator importante no que concerne a nacionalidade, de modo que o lugar de nascimento seria combinado com outros fatores como a cidadania e a virtude para dar lugar ao amor a pátria³⁹.

É nesse sentido que surge um governo mais palpável, livre do misticismo e apoiado nas propriedades eletivas, governo esse que permite espelhar e formular as

³⁵ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*, p. 105.

³⁶ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*, pp. 107-114.

³⁷ DOLHNIKOFF, Miriam. *Pacto imperial*, p. 12.

³⁸ HESPANHA, António Manuel. Problemas de organização política entre Antigo Regime e Liberalismo. Em: JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Ed. Hucitec/Ed. Unijui/Fapesp, 2003, p. 99.

³⁹ HESPANHA, António Manuel. Problemas de organização política entre Antigo Regime e Liberalismo, p. 100.

questões nacionais através do voto⁴⁰. O próprio periódico liberal *O Grito Nacional* afirma com convicção: “A força da NAÇÃO reside na SOBERANIA do povo”⁴¹, contudo, esta declaração não aponta uma inclinação republicana, a medida em que o jornal refere em outra edição, “Viva a LIBERDADE! Viva a NAÇÃO! Viva o IMPERADOR CONSTITUCIONAL! Guerra de morte ao DESPOTISMO!”⁴². A partir destas afirmações, podemos interpretar uma ligação entre Nação e Império, mesmo entre os liberais.

2.3. As divergências identitárias liberais e conservadoras

Nesse contexto, o embate de ideias parece tomar outra proporção à medida em que a identidade nacional permanece ligada as subjetividades políticas, do ponto de vista liberal, vemos um Brasil recém-liberto do controle português, que ainda não tivera a oportunidade de exercer plenamente sua liberdade como Nação independente. Consequentemente, encontramos uma identidade nacional urrante que deseja se ver livre de influências estrangeiras a fim de criar e conhecer a própria Nação, é o que nos indica, por exemplo, a Revolução Praieira. Já no caso conservador, a liberdade da Nação seria assegurada pelas instituições e, acima de tudo, pelo Império.

A ligação com os portugueses, por sua vez, seria reflexo de uma relação quase parental para com aqueles que teriam lhes introduzido à civilização e a ordem, num padrão culto e moderno com os aspetos da racionalização e da virtude. Ao considerarmos um grupo conservador, conseguimos correlacionar aspetos como a ordem, o Império e as Instituições Públicas como fundamentos do nacionalismo, ou, ao contrário, sob uma perspectiva liberal correlacionamos aspetos como a liberdade, a independência e a Constituição como tais fundamentos. Tais divergências substanciais criam um afastamento entre estes dois grupos que, por vezes, parecem superar os elementos nacionalistas que os unem. Nesse sentido, os dois periódicos demonstram clara consciência do que é ser brasileiro, ao passo em que demonstram intensas preocupações com o futuro da Nação. *O Grito Nacional*, por exemplo, afirma numa nota em março de

⁴⁰ Hobsbawm refere que a democratização política possibilita a interpretação daquilo que o cidadão considera como “nação” e como “sua nacionalidade”. HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*, p. 105.

⁴¹ *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, nº 43, 25 de março de 1849, p. 2.

⁴² *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, nº 73, 14 de julho de 1849, p. 1.

1849 que reconhece o Brasil como Nação cheia de futuro e de vida, mas que está em sofrimento por uma fação antinacional⁴³.

Apesar de apresentarem motivações distintas, os dois jornais se apresentam como atentos à política nacional, a fim de discorrerem sobre assuntos que consideram de maior interesse nacional para elucidar a população, no caso a elite letrada, e se mostram convictos em suas posições. Algumas divergências são notadas a partir dos periódicos, no que concerne a questão identitária do *ser brasileiro*, *O Grito Nacional* refere: “os Brasileiros, a quem lembramos que são antes de tudo o mais – Americanos”⁴⁴ realçando ainda características próprias dos “brasileiros natos”⁴⁵ como a liberdade, a independência e o patriotismo. Já o conservador *A Sentinela do Trono* associa a significação do “ser brasileiro” à ordem, como “os únicos que são brasileiros”⁴⁶ referenciando ainda os “genuinamente brasileiros”⁴⁷ como ilustres, patriotas e monárquicos, ao longo de suas edições.

2.4. A identidade nacional brasileira em comparação com a identidade nacional portuguesa

A urgência de liberdade proclamada pelo periódico *O Grito Nacional* demonstra uma conturbada visão da presença dos portugueses no Brasil de oitocentos, consideremos a citação a seguir:

Nunca em tempo algum, e em todas as nossas dissensões políticas de todas essas Províncias, que tem passado por arriscadas crises, constou que viesse o braço estrangeiro armado aniquilar os Brasileiros, e muito menos o braço improbo lusitano, que mau grado seu nos via INDEPENDENTES: nunca o Sr. D. Pedro I, posto que lá nascido, viu a sua Imperial Coroa tinta de sangue Americano pelas mãos dos portugueses! Nunca... Nunca!⁴⁸

De acordo com este periódico a liberdade nunca poderia ser alcançada em plenitude com a presença dos portugueses no Brasil, já que a sua influência motivara os conflitos que dividiriam os brasileiros. Desse modo, para a solidificação de uma identidade nacional brasileira seria necessário um país livre e sem a interferência da *Mãe*

⁴³ *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, nº 38, 3 de março de 1849, p. 1.

⁴⁴ *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, nº 37, 28 de fevereiro de 1849, p. 2.

⁴⁵ Esta denominação é utilizada nas seguintes edições: *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, nº 37, nº 38, nº 56; e nº 72, 1849.

⁴⁶ *A Sentinela do Trono*. Rio de Janeiro, nº 9, 16 de maio de 1849, p. 1.

⁴⁷ *A Sentinela do Trono*. Rio de Janeiro, nº 1, 21 de março de 1849, p. 1.

⁴⁸ *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, nº 41, 18 de março de 1849, p. 2.

Pátria. Já a *Sentinela do Trono* afirma a injustiça perante estes imigrantes, uma vez que eles contribuiriam para a riqueza da Nação e tal repúdio por parte dos liberais seria injustificável pois “guerreiam a portugueses sem outra causa se não a de serem portugueses” e que envolvem “até a odiosidade da nacionalidade”⁴⁹. Nota-se nestas afirmações o uso de uma identidade nacional como discurso político e do reconhecimento de conflitos por conta da nacionalidade.

Nesse sentido, pode-se atribuir este sentimento nacionalista radical brasileiro à releitura de sua história colonial, incentivada pelos movimentos nacionalistas do século XIX, e não a um nacionalismo puro, ou seja, uma superioridade apenas pela nacionalidade brasileira, tendo em vista que outras nacionalidades não são mencionadas pelo periódico como alvos de revoltas. A nacionalidade portuguesa, então, já estaria imediatamente sujeita a associações e suas relações seriam distintas de acordo com os diferentes grupos políticos.

Nesse contexto, o Brasil como tela em branco representava inúmeras possibilidades, constantemente com uma áurea de futura prosperidade e sucesso político e económico: seria o Brasil uma eterna promessa. As relações políticas ou comerciais com países estrangeiros revelam um rumo característico que tomaria a Nação brasileira, nomeadamente referente a Portugal, esta ligação transpareceria os aspetos do que seria o Brasil. Após a independência a comparação entre identidade portuguesa e a identidade brasileira serve de motor para a consolidação dos moldes do que é “ser brasileiro”. Numa outra perspectiva, as rivalidades entre portugueses e brasileiros no século XIX podem evidenciar um embate entre nacionalidades:

A emergência da nação, e a formação e afirmação de sentimentos de nacionalidade, decorreriam, nessa perspectiva, das contradições do sistema colonial, e os conflitos entre “brasileiros” e “portugueses” que precederam e se seguiram à Independência formal seriam, conseqüentemente, expressão de um confronto de nacionalidades inerentes às relações entre metrópole e colônia e exacerbado pela política recolonizadora das cortes⁵⁰.

3. O papel da imprensa na construção do Estado Nacional

No que diz respeito à imprensa, pode-se considerar sua forte ligação com o desenvolvimento da formação da identidade nacional, uma vez que, numa sequência diária ou semanal, consegue transmitir mensagens a um largo número de indivíduos,

⁴⁹ *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, no 15, 30 de junho de 1849, p. 1

⁵⁰ ROWLAND, Robert. Patriotismo, Povo e Ódio aos portugueses: Notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente. Em: JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Ed. Hucitec/Ed. Unijuí/Fapesp, 2003, p. 368.

considerando a elite letrada, e conseqüentemente estimulando o apoio a diferentes causas a partir de diferentes personagens. Benedict Anderson expõe ainda que o facto de observarmos cotidianamente o mesmo jornal sendo consumido por aqueles que fazem parte do mesmo corpo social provocaria uma reafirmação de comunidade⁵¹. Além disso, a respeito da imprensa brasileira no período imperial, observamos uma intensa ligação entre os partidos políticos e os jornais em circulação, esse vínculo evidencia mesmo uma parcela de jornalistas como também políticos, os quais por esse motivo mantinham muitas vezes o anonimato ao redigir os periódicos⁵².

Em relação ao anonimato podemos citar ainda Nelson Sodré, que elabora as particularidades dos denominados *pasquins*, jornais em circulação no século XIX com características específicas, as quais se encaixam nos periódicos em análise: geralmente possuem quatro páginas, eram impressos e vendidos nas tipografias e não traziam o nome do redator⁵³. De facto, durante as primeiras análises dos periódicos não é possível identificar assinaturas atribuídas aos artigos, porém ao longo das edições observamos a publicação de artigos a fim de criar uma comunicação entre os dois periódicos, como forma de resposta às críticas por sua oposição. Nesses artigos de resposta, os próprios jornais identificam o redator do jornal opositor e assim é possível distinguir alguns aspectos sobre a equipe redatora dos periódicos. *O Grito Nacional*, por exemplo, na edição de 3 outubro de 1849 aponta Luiz Antonio Navarro de Andrade como “único proprietário e redator” da *Sentinela do Trono* e o questiona sobre sua reprovação no primeiro ano da escola militar e sua demissão da alfândega⁵⁴. Como resposta, na edição de 6 de outubro de 1849, *A Sentinela do Trono* faz crítica direta ao *Grito Nacional* e ao seu redator Joaquim Feliciano Gomes, enquanto em seguida discorre sobre a formação dos próprios redatores da *Sentinela* como estudantes militares que seguem a carreira como professores, os quais posteriormente atuaram na alfândega e por fim assinando o artigo como Luiz Antonio Navarro de Andrade⁵⁵. Estes homens contribuíram, nesse sentido, para a formação do Estado Nacional em conjunto com a unificação do Império, diz Ilmar Mattos que

Nesse sentido, o redator de uma folha local não raro se constituía em agente da centralização muito mais significativo do que um empregado público. Os valores de Ordem, de adesão ao Império e ao Imperador, de respeito à Constituição e aos Poderes

⁵¹ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*, p. 68.

⁵² CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*, p. 54.

⁵³ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 158.

⁵⁴ *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, no 92, 3 de outubro de 1849, p. 4.

⁵⁵ *A Sentinela do Trono*. Rio de Janeiro, no 29, 6 de outubro de 1849, p. 3.

Políticos que as folhas locais difundiam, ao lado das campanhas em prol dos melhoramentos materiais, cumpriam papel conservador e integrador que não encontrava comparação no desempenho do mais diligente dos empregados públicos⁵⁶.

3.1. O Grito Nacional

O periódico liberal *O Grito Nacional* se caracteriza como revolucionário, o qual nos remete ao que seria a essência do “ser brasileiro”. Logo na primeira página de suas edições é possível observar a representação de uma figura indígena, esta figura é representada de modo simples nas primeiras duas edições de 1849⁵⁷, enquanto nas seguintes edições, até o final do ano, a figura indígena apresenta-se mais detalhada e com maiores elementos visuais. Esta representação pode ser interpretada a partir de um possível objetivo do periódico de remeter o leitor a uma ideia de uma identidade original brasileira, antes representada pelo indígena do que representada pelo colonizador português⁵⁸.

De acordo com as interpretações das edições dos periódicos, nomeadamente do ano de 1849, retrata-se uma certa urgência para a conquista da liberdade nacional. O periódico afirma os homens envolvidos nos movimentos liberais como heróis e mártires, com o objetivo de lutar pela pátria. Conforme a leitura das edições captamos o lamento pela violência e pelas vítimas, mas tal derramamento de sangue seria atribuído a represália do governo: “não é novo que os defensores do povo sejam vítimas de seu patriotismo”⁵⁹. É estabelecida aqui uma associação notória entre a ação opressora governamental em apoio a interferência estrangeira, sobretudo portuguesa, no país, interferência essa que estaria promovendo “traidores da pátria”⁶⁰.

De maneira elucidativa o periódico impõe seu posicionamento a medida em que declara: “Os *squaremas* matam o Rei, porque tendem a concitar a desmembração da Monarquia, ferem o Povo, porque assassinam, e fuzilam seus representantes; desonram a Pátria, porque a vendem ao ouro do estrangeiro”⁶¹. Tal citação nos permite salientar que, para o periódico, a queda da Monarquia estaria sendo fomentada antes pelo próprio partido conservador, de acordo com sua ação política, do que pelo partido liberal, o qual não se associa a um possível republicanismo.

⁵⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*, p. 225.

⁵⁷ *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, nº 22 e nº 23, 1 e 2 de janeiro de 1849, p. 1.

⁵⁸ Nesse contexto: “Urgia, pois, não só eliminar o elemento português como também estabelecer um profundo corte com o passado colonial”. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*, p. 156.

⁵⁹ *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, nº 39, 7 de março de 1849, p. 1.

⁶⁰ *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, nº 43, 25 de março de 1849, p. 4.

⁶¹ *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, nº 45, 31 de março de 1849, p. 4.

3.2.A *Sentinela do Trono*

A *Sentinela do Trono* torna-se potencial fonte para a compreensão do Brasil sob uma perspectiva conservadora no século XIX, na medida em que deixa claro seus ideais e seus princípios ao longo de suas edições. De acordo com o que foi estudado ao longo das edições de 1849, o periódico mantém-se firme referente ao seu posicionamento político e possui uma opinião consolidada a respeito dos eventos correntes. De facto, é perceptível que o periódico leva em grande consideração a imprensa opositora e disponibiliza boa parte das edições para registar respostas às críticas liberais, respostas estas muito opinativas. O periódico revela-se como conservador monárquico a partir do apoio incondicional ao Império e à ordem, estes parecem ser os dois pilares os quais o jornal se apoia.

Além disso, as características sacras do monarca brasileiro levam a um questionamento constante das motivações liberais, que se afirmam antipatrióticas, anárquicas e imorais ao questionarem o governo e por vezes a Monarquia. O conceito de *pátria* permanece muito presente ao longo das edições, ao passo em que o periódico exalta o Brasil como Nação com uma História glorificante graças às ações de D. Pedro I, este reconhecimento, então, possibilita uma aproximação para com os portugueses, a quem o periódico reconhece como “irmãos”⁶². Um outro ponto característico é a constante presença de insultos e injúrias à oposição⁶³. Pode-se afirmar, portanto, que a manutenção da ordem e dos parâmetros imperiais se tornam aspetos que necessitam de maior defesa.

Os movimentos liberais tomam, nesse contexto, papéis de *rebeliões* bárbaras e antipatrióticas, sendo “não coerentes com os princípios irrecusáveis da nacionalidade”⁶⁴. A medida em que o periódico relata os correntes acontecimentos na província de Pernambuco, observamos uma intensa repulsa que leva a recusa do reconhecimento dos liberais como compatriotas ao descrevê-los como: “fratricidas”; “ingratos filhos”; “não possuem sangue brasileiro”; etc⁶⁵. Ao analisarmos este jornal, fica claro o tom anárquico usado para descrever os acontecimentos da década de 1840, nesse sentido, a liberdade almejada pela oposição seria vazia e usada como desculpa para causar guerras civis numa

⁶² A *Sentinela do Trono*. Rio de Janeiro, nº 17, 14 de julho de 1849, p. 1.

⁶³ Estas características de insultos presentes nos periódicos no que concerne a oposição é discorrida de maneira clara por Nelson Sodré, que salienta tais posições como comuns à imprensa da época. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*, p. 156.

⁶⁴ A *Sentinela do Trono*. Rio de Janeiro, nº 11, 30 de maio de 1849, p. 1.

⁶⁵ A *Sentinela do Trono*. Rio de Janeiro, nº 4, Rio de Janeiro, 4 de abril de 1849, p. 1.

busca ambiciosa pelo poder. Assim, com a análise das fontes, percebemos este esforço da elite conservadora dominante de correlacionar *pátria* e *trono*, de modo que a *Sentinela do Trono* firma o conceito de nacionalidade a partir do Império: “O Trono firma-se no apoio da nação, portanto enquanto existir a nação existirá o Império”⁶⁶.

3.3. A relação entre a imprensa e a política em 1849

É nesse contexto que os periódicos parecem ter uma complexa noção da jovem Nação brasileira e com urgência defendem os melhores meios para mantê-la, outros métodos ou ideais são considerados irracionais movimentos antipatrióticos. Alguns princípios da nacionalidade como o território, a língua ou passado histórico em comum, deixam de ser fatores determinantes na medida em que a inclinação partidária revela ser contra ou a favor da Nação. Tal constatação pode ser observada nas próprias fontes quando o jornal conservador *A Sentinela do Trono* faz menção ao *Grito Nacional* como “Grito Antinacional”, o qual teria desprezo pelos brasileiros por seus artigos de oposição “anárquicos”⁶⁷.

Além disso, como relatado anteriormente, os periódicos possuem significativa influência na política, tanto regional como nacional. As fortes convicções partidárias acabam por direcionar diversos artigos, de acordo com a análise dos dois periódicos, os quais têm por objetivo confrontar a imprensa opositora, a fim de defender sua inclinação política. São referenciados outros jornais como *O Brasil* e *O Mercantil*, além da interlocução direta entre o *Grito Nacional* e a *Sentinela do Trono*, evidenciando que estes diálogos se tornam importante via de comunicação para o debate político. Constatamos, desse modo, uma expressividade que entrelaça a imprensa e a política de modo passionista, no que concerne o estudo dos dois periódicos aqui tratados, que infere suas opiniões de maneira clara e sem restrições.

Conclusão

Ao passo em que as fontes em análise representam uma fração dessa construção com posicionamentos firmes, e, aparentemente, uma ideia muito bem formada do que seria necessário para que o Brasil pudesse se identificar como Nação solidificada. Ainda que suas convicções sejam muito bem-apresentadas, as fontes revelam uma identidade

⁶⁶ *A Sentinela do Trono*. Rio de Janeiro, nº 5, 18 de abril de 1849, p. 1.

⁶⁷ *A Sentinela do Trono*. Rio de Janeiro, nº 16, 7 de julho de 1849, p. 3.

conflituante que ainda não tivera a oportunidade de se constituir em plenitude, seja por conta da presença estrangeira e da opressão governamental, ou seja por conta da movimentação liberal que impediria o Império de exercer sua grandeza como sustentáculo da Nação. Vale ressaltar ainda que as ideias defendidas pelos periódicos podem mudar de sentido de acordo com o leitor, é dessa forma que a identidade nacional apresentada nos jornais pode ser concebida a partir de diferentes leituras. No entanto, não seria possível perceber ainda no século XIX que esta identidade nacional persistiria em constante formação, e até hoje permanece como miscelânea de diferentes identidades e diferentes povos. A questão da identidade nacional deve, portanto, ser interpretada e compreendida de acordo com os diferentes contextos, os quais geram diferentes discursos e impulsionam a propagação de diferentes ideias. Cabe a nós, historiadores, tornar acessível estas interpretações identitárias, de modo a contribuir para a construção de conhecimento e a compreensão do próprio ser.

Fontes

A Sentinela do Trono. Rio de Janeiro, 1849. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (site da Biblioteca Nacional do Brasil).

O Grito Nacional. Rio de Janeiro, 1848-1858. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (site da Biblioteca Nacional do Brasil).

Bibliografia

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: A Política Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DOLHNIKOFF, Miriam. *Pacto imperial: Origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, nº1, Rio de Janeiro, FGV, 1988.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

HOBBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico, tomo II: o processo de emancipação*. Rio de Janeiro, Bertrand, 2003.

JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Ed. Hucitec/Ed. Unijuí/Fapesp, 2003.

JANCSÓ, István.; PIMENTA, João Paulo. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira (1500-2000)*. Formação: História. São Paulo: Ed. Senac, 2000.

JANKE, Leandro Macedo. Território, Nação e Soberania no Império do Brasil. Em: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, 2011.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, fascículo 57. ANPOCS: São Paulo, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo. Estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC Rio, 2014

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Revista Estudos Históricos*. vol. 5, nº 10, 1992.

MADER, Maria Elisa. Civilização, barbárie e as representações espaciais da nação nas Américas no século XIX. Em: *História Unisinos*, vol. 12, nº3, 2008, pp. 263-270.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo/Brasília: Ed. Hucitec/INL, 1987.

MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *Um imenso Portugal*. São Paulo: Editora 34, 2002.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais. A cultura política da Independência, 1820/1822*. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.

SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie. A construção da ideia de nação: Brasil e Argentina*. Garamond, 2ª ed, Rio de Janeiro, 2015.

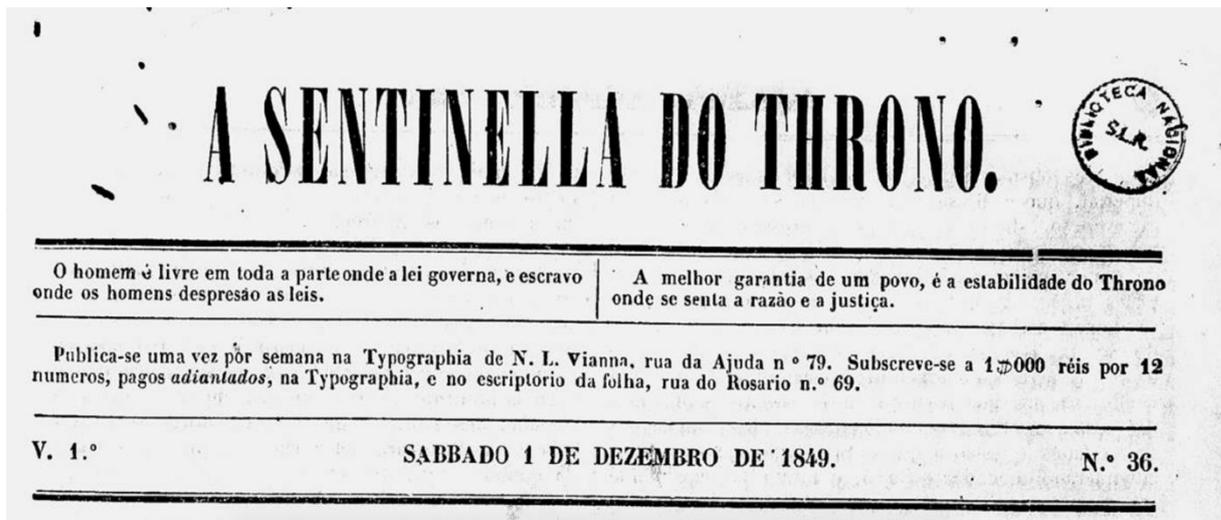
Anexos

Anexo 1 – Capa da edição extraordinária nº 35 do *Grito Nacional*



Fonte: *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, nº 92, 18 de fevereiro de 1849, p. 1.

Anexo 2 – Capa da *Sentinela do Trono*, edição n° 36



Fonte: *A Sentinela do Trono*. Rio de Janeiro, n° 36, 1 de dezembro de 1849, p. 1.

Anexo 3 – Representação indígena na capa do *Grito Nacional*



Fonte: *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, no 36, 24 de fevereiro de 1849, p. 1.

Anexo 4 – Transcrição do artigo “O Grito Nacional e a Santa Casa de Misericórdia”

– O Brasil é dos brasileiros – dizem os admiráveis turbulentos dessa folha anárquica e asquerosa. É tão verdade o que dizem esses cacetistas que apesar de terem desejos de afastar o ilustre e distinto brasileiro herói da nossa independência o Sr. José Clemente Pereira da administração da Santa Casa de Misericórdia, foi ele reeleito com geral assentimento e aprovação de todos os homens de bem, amigos do seu país e que bem longe estão de se igualarem aos distintos diretores do *Grito Antinacional*. No momento em que por infelicidade os irmãos da Santa Casa, se houvessem lembrado, de ingratos e esquecidos, fecharem os ouvidos à fama que apregoa os relevantes serviços que à Santa Casa e ao país há prestado o Exm.o Sr. José Clemente Pereira nós veríamos cair na sepultura essas magnificas obras que embelezam a capital do Império e que levarão à posteridade o nome sempre respeitado do digno senador e provedor. Todas as vozes se têm elevado para elogiarem o gênio empreendedor infatigável do Sr. Clemente Pereira, todos sabem que o Estado nada tem despendido com essas obras tão necessárias e importantes; só esse varão que todos conhecem seria capaz de levar a efeito isso que há muito se desejava fazer, porém que por falta de meios, e de um homem de prestígio, se não havia efetuado. Que digam aqueles que visitarão o novo hospital e o recolhimento das órfãs. Que digam aqueles que tem admirado o hospício de Pedro II na praia vermelha, que digam se não nos merece o maior acatamento a maior estima esse homem que incansável em suas contínuas fadigas, só tem feito imensos bens ao país e a Santa Casa que outrora jazia sem governo, sem administração que fosse capaz de qualquer coisa. A Santa Casa tem lucrado em todos os sentidos com a sábia administração do Sr. Clemente Pereira; seus rendimentos são atualmente o sêxtuplo do que outrora foram, e estes são sempre aplicados em benefício dos hospitais e casa dos expostos. O país bem conhece o varão que tanto há feito em seu favor; e quando os amigos de S. Ex.a se lembraram que a capital do Império poderia mudar de aspecto, se pertencesse ele a municipalidade, e para isso envidaram seus esforços. Bem sabiam que as simpatias que tem granjeado o Sr. C. Pereira e seus serviços o fariam eleger talvez que por unanimidade, porém o que aconteceu? Seu nome foi riscado de centenas de listas e ainda assim não puderam evitar que a porção de votos adquiridos o fizesse primeiro suplente. Oh! Vergonha! Oh! Miséria! Esse governo que aviltou o país, que sustentou as ideias de destruição e imoralidade, que se pôs atesta das eleições ou antes de esses despachos que foram dados pelos clubes anarquistas que então dominavam o ministério e que ele submetto referendou; foi quem apoiou os Joaquins Vicentes, os Manoés José, os Getúlios e outros quejandos. Foi certamente uma glória para o Exm.o Sr. Clemente Pereira não chegar a fazer parte de uma municipalidade em que inevitavelmente teria de sentar-se a par da mais crassa ignorância se não estupidez elevada ao último grau. Examinemos os dignos camaristas que compõe a maioria da Câmara Municipal; 1o. Um valetudinário incapaz por falta de conhecimentos e de inteligência, de qualquer serviço mesmo material, salvo o de intercetar as correspondências dos correios; 2o. Um químico sem estudos, ignorante e impostor; que nem vê o estado da rua em que mora, nem da providencias para a sua limpeza; intrigante com patente, só protege alveitares e charlatões; o 3o. Um antigo caixeiro de um perverso usuário e judeu; em sua fisionomia está estampada a estupidez, a brutalidade, enfim um miserável que se supõe um Cícero... Paremos por agora em outra ocasião faremos uma resenha mais circunstanciada. Continuemos em nossa principal questão: o nosso maior desejo e de nossos amigos foi satisfeito; o Sr. Clemente Pereira foi novamente reeleito, agora resta-nos outro desejo que elevamos à Providência para que se digne afastar de sua Exc. qualquer mal que lhe possa ser funesto, e que o iniba de continuar a prestar aqueles serviços, que o país e a humanidade dele requerem. *Srs. Mercantis, Filantropos, e Gritos Nacionais*, vós que por instinto natural, e por conveniências particulares, proclamando-vos *liberais humanitários e filantrópicos* procurais com vossos discursos fofos e sem lógica, nodoar reputações conceituadas no país, recebei mais essa prova de desprezo para vós, e amor da pátria e da humanidade que acabam de dar-vos os ilustres irmãos eleitores da Santa Casa da Misericórdia.

Fonte: *A Sentinela do Trono*. Rio de Janeiro, nº 16, 7 de julho de 1849, p. 3.

Anexo 5 – Transcrição do artigo “A – Sentinela – e o provedor da Misericórdia”

Temos presente a *Sentinela do Trono* e o aranzel do *nauseabundo* artigo de um desses miseráveis, que não se pejam de endeusar a um *pesado galego* como o é o constante inimigo dos Brasileiros, José Clemente Pereira; e sem que, por desnecessários, recapitulemos o que sobre este decantado *herói* temos dito e provado, e que em momento oportuno, nas vésperas das eleições em 1848 para a Câmara Municipal tanto efeito produziu, que apesar do exército de *sebosos da Candelária, quitanda, e rosário*, escoltado por *ilhêus* puxadores de carroças, não pôde ser mais que o *presidente dos suplentes*. O triunfo daquela época, em que a Nacionalidade patenteou que jamais poderá ser suplantada, teria para todo o sempre sepultado nos antros do inferno a pequena fração de degenerados Brasileiros *saquaremas* e o *bando infame* de portugueses que

os apoia para acobertarem seus inúmeros crimes, patentes ao mundo, se causas, e causas não se dessem, que contra a expectativa pública apresentassem em resultado o cataclisma político do dia de S. Miguel, em que triunfou o *demônio*. O asqueroso *Sentinela*, que ninguém o vê, porque se oculta como covarde, sacudiu toda a lama que o cobre contra os do partido Liberal, e para fazer melhor a apoteose do seu *varão*, depois de escarnecer *infame*, e *insolentemente* do bom senso dos Brasileiros sinceros e verdadeiros sustentáculos da Monarquia Constitucional, da o título de herói da Independência a José Clemente Pereira, que a ela se opôs, por temer que a República fosse imediatamente proclamada, uma vez que o Sr. D. Pedro, então Príncipe Regente, em vista dos exemplos dos governos europeus, não conservasse a *união* do Brasil com Portugal, por meio do *divino sistema*, pelo qual a Inglaterra conserva *unida* a si a sua Irlanda. Ele ousada e atrevidamente declarou ao mesmo Augusto Senhor o seguinte: “Exige a salvação da pátria que V. A. R. viva no Brasil, para o conservar UNIDO a Portugal. Ah! Senhor, se V. A. R. nos deixa, a desunião é certa. O partido da independência, que não dorme, levantará o seu império; e, em tal desgraça, oh! Que de horrores, e de sangue, que terrível cena aos olhos de todos se levanta! Dê-se ao Brasil um centro próximo de união, e atividade, dê-se-lhe uma parte do corpo legislativo, e um ramo do poder executivo, com poderes competentes, amplos, fortes, e tão bem ordenados, que formando um só corpo legislativo, e um só poder executivo, só umas cortes, e só um Rei, possa Portugal, e o Brasil – fazer sempre uma família irmã, um só povo, uma só nação”. Este, sentinela do inferno, é o homem, a quem dais o glorioso título de herói da Independência? Oh! Como tudo entre nós está profanado! Sem que nos demorem em refutar as *sandices*, e *insultos* com que um *infame* sentinela que se intitula do Trono, como se o Augusto e Excelso Trono do Sr. D. Pedro II, não estivesse firmado sobre os peitos dos Brasileiros NATOS pertencentes ao partido Liberal, e precisasse de um sentinela que ao mesmo passo que como tal se apregoa, é o defensor de José Clemente Pereira, e como tal prostituído; passamos a declarar alto e bom som, que por isso mesmo que o rendimento da Misericórdia tem aumentado, é que ele se esforçou pela conservação na vitaliciedade do lugar de provedor com a reeleição, que *nada significa*, por depender ela de dúzia e meia de votos, dos *digníssimos* e *chumbaticos* eleitores que tem invadido a tudo no Brasil, cujos *demônios*, muito acima do cólera-morbo de todo tem desgraçado o Brasil. *Sentinela* do opróbrio e da desonra, quereis santificar o vosso herói, o herói dos *lusos*, e pretendeis mostrar a necessidade que tem a Misericórdia, desse homem, e para isto apresentais com ufania o vosso artigo noticiando a sua reeleição, como se fora bastante para nos capacitar que caiu ele do Céu por descuido para ser o perpétuo provedor, não vos recordando que muitos *assassinos*, e *ladrões*, por muitas vezes tem pelos governos, e pelos sufrágios populares do Universo ocupado importantes lugares, e que enquanto de todo não são completamente desmascarados são conservados nos lugares. Exemplos citaríamos aos milhares. Uma circunstância, porém, que menciona a favor do estabelecimento da Santa Casa pelo crescido número de convalescentes que apresentou, cumpre que o Público a saiba, como muito bem sabe o *Sentinela* vendido, e é que os *roliços ilhéus* que trabalham arregimentados no hospício de Pedro II foram aqueles que se apresentaram como tais, e por cujo sacrifício, além do jornal que percebem, tiveram uma boa esportula, talvez ainda de resto dos 600 reais que S. M. o Imperador Se Dignou dar o ano passado para os enfermos, além de uma lauta mesa na qual em *orgia* saudaram o seu chefe José Clemente! Oh! Astúcia! E em astúcia quem levará a palma ao astucio provedor, e seu roliço escudeiro Vassimon? Sem que um poder qualquer possa inspecionar os dinheiros da Misericórdia, e tudo o mais que formam os mistérios da misteriosa administração da Santa Casa, pretende o *Sentinela* que as obras que formoseiam esta cidade, se devam ao seu *mimoso*, pondo assim a alguém em dúvida sobre aqueles que para elas tem concorrido, e das quais é apenas o provedor, quem as administra. Uma tal defesa só própria do autor que a empreendeu, e daquele que a pagou é a que temos presente no antinacional periódico *Sentinela*, que neste momento passa a ter, como todos os mais da infernal pandilha *saquarema*, o conveniente destino.

Fonte: *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, nº 72, 11 de julho de 1849, p. 3.